

Site irregular de apostas será retirado do ar em outubro

Empresas têm até próximo dia 30 para indicar suas marcas de operação e os respectivos domínios na internet

DE BRASÍLIA E SÃO PAULO
A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda deu prazo até o próximo dia 1º para o fim do funcionamento no País dos sites de apostas que ainda não iniciaram sua regularização, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) ontem.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esse foi só um primeiro passo para uma ampla regulamentação das bets, diante da preocupação crescente sobre a dependência que os apostadores podem criar em relação ao jogo.

"Estamos começando hoje (ontem) com essa primeira medida, mas eu já determinei que tudo isso seja regulamentado adequadamente. A questão do endividamento com a finalidade do jogo, a questão do uso do cartão de crédito, a questão da publicidade, do patrocínio, também têm chegado até nós a questão do fiado para jogar", disse Haddad.

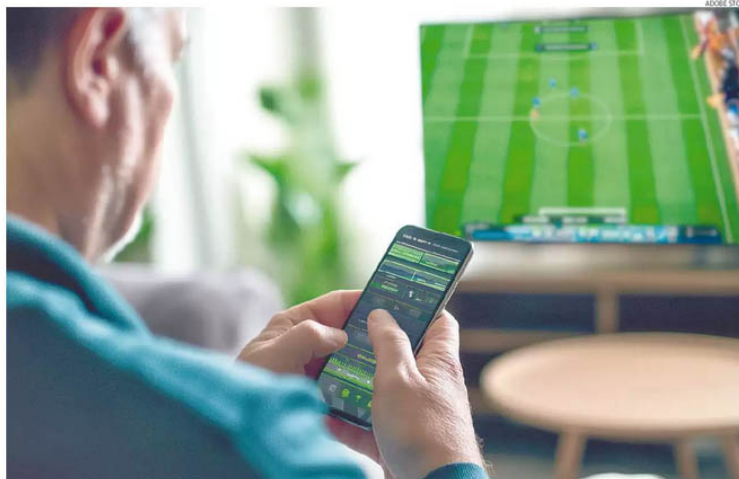
De acordo com a portaria, há um prazo adicional até o próximo dia 10 para o levantamento dos depósitos dos apostadores e, a partir do dia 11 o órgão vai pedir o bloqueio dos sites e a exclusão dos aplicativos não regularizados.

As empresas de apostas que já iniciaram o processo de regularização têm até o fim deste mês para indicar suas marcas em atividade e os respectivos domínios de internet onde prestarão o serviço durante o período de adequação.

MAIS DE 100 PEDIDOS

Até o mês passado, a Fazenda havia recebido 113 pedidos de autorização, de um total de 108 empresas, para operação no mercado de apostas esportivas no País. Nessa lista, está a Caixa Loterias, subsidiária da Caixa.

O número de solicitações, na época, superou as estimativas da equipe econômica, que quase quintuplicou a projeção de arrecadação com o setor.



Governo recebeu 113 pedidos de autorização para operação com apostas esportivas, de um total de 108 empresas, incluindo a Caixa Loterias

CONFIRA

>>Arrecadação bilionária

No Orçamento deste ano, a estimativa de receita com a regulação das apostas esportivas é de R\$ 728 milhões. O Ministério da Fazenda projeta até R\$ 3,4 bilhões, caso todas as interessadas atendam às regras da regulamentação. Desde a legalização das apostas esportivas, em 2018, pelo Governo Michel Temer, o número de empresas de jogos, conhecidas como bets, explodiu no Brasil. Calcula-se que atualmente pelo menos 2 mil atuando no segmento. No ranking das dez maiores, feito pela plataforma SEMRush com base nos acessos dos últimos 12 meses, Bet 365, Betano e Betfair aparecem como as líderes no País.

>>Pressão após ações policiais

O advogado Raphael Paço Barbieri, sócio da CCLA Advogados, especialista em direito desportivo e no mercado de bets, afirmou ontem que a medida do governo para regulamentar o segmento é uma resposta à pressão crescente diante das notícias recentes de ações policiais contra o segmento de apostas on-line. "O problema é que está se culpando um segmento todo pelas atitudes irregulares de alguns influenciadores que promovem o jogo como meio de enriquecimento e ganhos fáceis, o que não é verdade", afirma ele.

Haddad classificou o que está acontecendo em relação às bets como "uma pan-

demia" que precisa do enfrentamento do Estado. "O objetivo da regula-

>>Defesa dos jogos legais

O Instituto Brasileiro de Jogo Legal (IBJL), ONG que trabalha pela legalização e criação de um marco regulatório para as atividades de apostas on-line, diz que é "fácil culpar as bets". "Uma pesquisa da OMS (Organização Mundial da Saúde) comprova que 97% dos jogadores têm uma relação saudável com as apostas. No Reino Unido, onde as bets são mais comuns, dos apostadores, só 1% têm problemas graves e precisa ficar abstêmio por meio de mandados de autoexclusão, como previsto nas normativas do Ministério da Fazenda", afirma ele.

>>Apostas sobre resultados eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu ontem considerar ilícito eleitoral a realização de apostas sobre o resultado do pleito de outubro. De acordo com um novo texto, aprovado pela Corte, a prática pode configurar abuso de poder econômico e captação ilícita de votos. Ao menos cinco casas estavam oferecendo retornos financeiros para jogadores que acertarem quais serão os vitoriosos nas eleições de outubro. As empresas oferecem odds (probabilidade de um determinado evento acontecer) para a vitória de cada um dos candidatos. O índice significa quanto o dinheiro depositado pelo jogador será multiplicado em caso de vitória.

No domingo passado, o senador Omar Aziz (PSD-AM) disse que iria apresentar uma ação na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo para retirar do ar todos os sites de apostas esportivas enquanto não estiver concluído o processo de regulamentação das empresas.

VÍCIO E POBREZA

"Quem está jogando? Crianças, jovens. Quem está fazendo propaganda disso? Pseudolíderes, pseudoidólogos, que, em vez de ensinarem coisas boas para jovens, crianças e adolescentes, estão induzindo a jogar", disse.

O senador também afirmou que famílias mais vulneráveis estão sofrendo sérias consequências financeiras em razão do vício em apostas. "Quem perde com isso? Sempre são os mais humildes, os mais pobres. As famílias estão deixando de comer para jogar". (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 2